

XXII CONGRESSO REGIONAL DA JSD/AÇORES

UNIR PARA VENCER

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

1º subscritor – Miguel Ângelo Caldeira Ferreira
Número de militante – 718574

ÍNDICE

Mensagem do Candidato.....	Pag. 03
Introdução.....	Pag. 05
Saúde e Bem-Estar.....	Pag. 08
Ambiente.....	Pag. 14
Educação.....	Pag. 21
Cultura.....	Pag. 26
Social.....	Pag. 30

MENSAGEM DO CANDIDATO



Companheiras e Companheiros

Ao longo do último ano e meio, tive o privilégio de servir a JSD/Açores enquanto Secretário Geral, um desafio que muito me honrou, onde procurei, sempre, promover um projeto político centrado nos jovens da nossa região, atendendo às suas singularidades e especificidades, com o objetivo claro de contribuir, com propostas concretas, para as políticas de juventude e a sua consequente melhoria.

Com este XXII Congresso, termina mais uma etapa na já longa história da JSD/Açores, alicerçada, sempre, no seu passado histórico, com todas as conquistas que os anteriores militantes e dirigentes desta casa levaram a cabo. Vivemos um dos momentos mais desafiantes das nossas vidas, com a recuperação pós-pandémica, a invasão em curso na Ucrânia e a maior crise inflacionista dos últimos anos. É com compromisso, sentido de missão e com vontade de liderar e agregar uma geração, que me apresento, perante todos vós, com um projeto alternativo para os próximos dois anos de mandato.

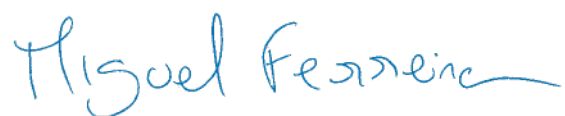
Está no nosso horizonte, a construção de uma força agregadora, capaz de liderar, perspetivar e mobilizar todas as causas dos mais jovens, baseada em cinco grandes temáticas estratégicas - Educação, Saúde e Bem-estar, Ambiente, Cultura, e Social.

Acredito numa JSD/Açores que caminha ao lado das novas gerações, em que todos contam! Uma JSD/Açores que nos une, com capacidade de mobilização, com pensamento crítico, capaz de marcar a diferença! Uma JSD/Açores capaz de construir um percurso, ao lado de todos os militantes e de todas as estruturas, na afirmação de bandeiras e na defesa de causas. Uma JSD/Açores que luta por todo e qualquer jovem açoriano, independentemente da sua ideologia política, da ilha de naturalidade, do seu meio sócioeconómico... uma JSD/Açores que defende a equidade de oportunidades.

A política faz-se de ideias diferentes. O progresso efetiva-se com ideias diferentes. Será sempre essencial respeitar tudo e todos, promover o diálogo e a construção de pontes, mas, certamente que não será necessário concordar com tudo e com todos.

Este é um caminho em que tu farás parte!

Conto contigo para que, juntos, possamos **UNIR PARA VENCER!**

A handwritten signature in blue ink that reads "Miguel Ferreira". The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

01. INTRODUÇÃO



Ao longo dos últimos anos, as novas gerações têm enfrentado inúmeros desafios e sucessivas crises: desde as crises económicas, que trouxeram consequências nefastas ao nível do emprego e estabilidade, à pandemia, que revolucionou a forma como comunicamos e estamos na sociedade e, mais recentemente, a guerra na Ucrânia, que despoletou uma crise inflacionista sem precedentes.

Hoje, as gerações Z e millennial são diariamente confrontadas com obstáculos, a par de uma sociedade cada vez mais consciente e desperta para temáticas emergentes, como a questão ambiental, a sustentabilidade e as desigualdades. Cabe-nos a nós, agentes de representação dos jovens açorianos, estar na linha da frente para a defesa comprometida dos problemas e dificuldades de toda a geração. Assentamos ainda este projeto político em áreas determinantes, e com impacto direto nos nossos jovens, tais como a Educação, a Saúde e a Cultura.

Propomo-nos a que, nos próximos dois anos de mandato, possamos estar presentes: liderar o processo reformista na nossa estrutura, adequando o funcionamento interno, presença nos media, indo ao encontro das realidades atuais da nossa Região.

O que precisa um jovem, nos dias de hoje, para se sentir realizado, inserido na sociedade e feliz?

Um dos marcos mais importantes e determinantes na vida de um jovem que pretende emancipar-se é a aquisição de habitação própria, por via da compra ou do arrendamento. O acesso à habitação é um direito fundamental consagrado na constituição, independentemente da sua faixa etária, afirmando-se como um objetivo que, quando conseguido com sucesso, marca a vida de um jovem que pretende autonomizar-se, sair de casa dos pais, adquirir independência e, assim, iniciar a sua vida adulta. Mas, contrariamente ao que acontecia há algumas décadas, o sucesso académico e profissional, nos dias de hoje, não são suficientes para garantir um futuro com património.

São múltiplos os desafios que os jovens de hoje enfrentam, desde o acesso ao emprego e consequente estabilidade laboral, as exigências de um mundo de dinâmicas em constante evolução, entre tantos outros.

Um jovem, por mais certo que possa estar das suas decisões, por mais bem definidas que estejam as suas metas e, apesar da certeza do caminho a seguir para as alcançar, precisará sempre de políticas públicas facilitadoras do seu projeto de vida, promotoras de oportunidades que possam agarrar. Estas políticas, orientadas para a juventude, não podem ser pensadas isoladamente, devem fazer parte de um plano integrado de sinergias para o sucesso de cada um dos setores.

É na resposta à pergunta inicial que iremos nortear esta moção, apresentando propostas, concretas e reais, para uma, cada vez maior, melhoria das políticas de juventude!

02. SAÚDE E BEM-ESTAR



As sociedades evoluídas do século XXI, vivem na constante contradição de que o que nos permite grandes oportunidades e desenvolvimento também implica vários custos, trazendo imensos desafios e dificuldades. Vários são os casos, por exemplo, como os Estados Unidos da América, onde o nível de riqueza e desenvolvimento tecnológico é elevado, mas o bem-estar apresenta uma das taxas mais baixas entre os países desenvolvidos.

O conceito de “saúde”, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), refere-se ao estado em que uma pessoa apresenta bem-estar físico, psíquico e social, tendo sempre em conta a interação do indivíduo com o meio que o envolve, sendo, portanto, uma construto que sofre alterações com regularidade.

É indubitável que, quanto mais um cidadão estiver informado sobre a saúde, mais capaz será de tomar decisões acertadas e seguras, levando a que, não só alcance melhores resultados em saúde, como também em termos de poupança, a todos os níveis. Tendo em conta que a literacia em saúde, de acordo com a OMS, consiste “no grau em que os indivíduos têm a capacidade de obter, processar e entender as informações básicas de saúde, para utilizarem os serviços e tomarem as decisões adequadas de saúde”, reforçamos a importância do investimento na mesma. Quanto maior for o conhecimento nesta área, maior será a prevenção, menores serão as hospitalizações ou os riscos de morte prematura, maior será o poder de decisão e de escolhas acertadas em saúde. É, por isso, imperativo, promover a saúde, prevenindo a doença.

À parte do que vulgarmente vamos aprendendo sobre a saúde física, onde nos alertam para os cuidados com a alimentação, a vacinação, o exercício físico, a higiene, entre outras questões, surge também a saúde mental, ainda um assunto tabu, apesar da relevante importância que assume no dia-a-dia de cada um de nós.

A saúde mental afirma-se, cada vez mais, como uma área com necessidade urgente de intervenção, para a sua desmistificação e desestigmatização, não só nos jovens, como em todas as faixas etárias: a saúde do corpo é indissociável da saúde da mente.

Portugal é o segundo país da Europa com maior prevalência de perturbações psiquiátricas: quase um quinto da população portuguesa sofre de algum tipo de perturbação (18.4%), de acordo com o relatório Health at a Glance 2018 (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE], 2018), quer este seja ansiedade, depressão ou problemas com o consumo de álcool e drogas, ou seja, 1 em cada 5 portugueses são afetados por problemas ao nível da saúde mental.

O ano de 2019 não foi fácil para o mundo em que vivemos, com o surgimento da pandemia da COVID-19, no entanto, foi um alerta importante para a temática da saúde mental, especialmente em relação à forma como lidamos com os desafios e com a pressão: o isolamento, físico e social, a restrição de contato com o exterior e a alteração de rotinas, levaram ao aumento de diagnósticos como ansiedade e depressão. Cerca de 26,6% da população com 16 ou mais anos, reportou ter sentido um efeito negativo da pandemia COVID-19 sobre a sua saúde mental. Das crianças aos idosos, muitas foram as consequências negativas desta pandemia na vida das pessoas.

Um estudo do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (2021), sobre o impacto da pandemia na saúde mental dos cidadãos residentes em Portugal, vem reforçar ainda que os mais jovens (18-39 anos), as mulheres, os cidadãos mais escolarizados e em situação de insegurança alimentar (i.e., com dificuldade a aceder a alimentos nutricionalmente adequados e seguros, devido a questões económicas) apresentaram um maior risco de desenvolver sintomas de ansiedade. Aproximadamente 73.3% dos participantes no estudo referiram o agravamento dos sintomas de depressão e ansiedade após o início da pandemia. Como consequência pandémica, tivemos também o surgimento dos casos de burnout, associado à elevada pressão a que as novas gerações estão sujeitas, como o teletrabalho.

Desta forma, reforçamos a importância de se intervir na área da saúde mental e, em especial, da inteligência emocional, ou seja, fomentar os mecanismos necessários à resolução de problemas e gestão de comportamentos, com impacto na habilidade do indivíduo em identificar, utilizar, compreender e regular as emoções em si e no outro, isto é, a nível intra e interpessoal.

Quanto mais cedo se intervir, melhor. E aqui, as escolas, ao nível da primeira infância, são fundamentais para trabalhar estas componentes com elevado impacto para o futuro de cada cidadão, a nível pessoal e profissional. Vejamos: um médico, no contexto profissional, apesar de ter sido brilhante no seu percurso académico, precisará de competências sociais e emocionais para seguir na sua profissão, precisará de empatia para lidar com os pacientes, precisará de várias ferramentas sociais para trabalhar numa equipa multidisciplinar.

A prevenção, e a intervenção nestas áreas tão fundamentais, poderão ser um investimento no futuro: cuidar da mente, é cuidar do corpo, e cuidar do corpo também é cuidar da mente. Há uma necessidade urgente de se começar a trabalhar estas competências nas escolas, visando, a longo prazo, alargar aos jovens e adultos, em contexto universitário e mercado de trabalho.

Mas nem tudo foi mau, e a pandemia veio revolucionar alguns cuidados que, outrora, eram prestados de outra forma: o investimento da teleconsulta (em diversas áreas), a maior acessibilidade (por esta via) a diversos profissionais que antes não era fácil, entre outras. Destaca-se também a evidente aposta do atual Governo Regional, no reforço de recursos humanos afetos ao Sistema Regional de Saúde, sendo necessário continuar a apostar na contratação de psicólogos, psiquiatras, pedopsiquiatras e enfermeiros especialistas em saúde mental.

Desta forma, algumas das nossas propostas são:

Digi+saúde

Dotar o Sistema Regional de Saúde da possibilidade da teleconsulta, em diversas áreas/especialidades, quando se verifique possível, permitindo assim um maior acesso da população à saúde.

E(motivar)

Programa de inteligência emocional, na primeira infância (com possibilidade de alargar às gerações seguintes), com o objetivo de trabalhar estas competências, objetivando um futuro mais estável, com adultos mais preparados e capazes de lidar com as adversidades do dia-a-dia, em comunidade.

GO

Gabinete de Orientação, Promoção e Acompanhamento para a Saúde - equipa multidisciplinar (com profissionais de saúde e das áreas psicosociais), alocado às unidades de saúde, destinado apenas à promoção e educação para saúde, numa política de cada vez mais aposta na prevenção e nos cuidados de saúde primários (literacia em saúde).

+Próxim(idade)

Dispositivo móvel (por concelho), que possa fazer acompanhamento dos idosos em situação de isolamento e/ou falta de acompanhamento/suporte familiar (identificados pelas juntas de freguesia), nas diversas áreas: enfermagem, psicologia, serviço social.

Vale+

Implementar o cheque-consulta para consultas de psicologia, de modo a incentivar e potenciar o acesso aos cuidados de saúde mental.

SBVida

Desenvolver ações de Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida anuais, transversais à comunidade estudantil, associações e organizações, de modo a dotar a comunidade de competências neste domínio. Paralelamente, dinamizar a colocação de DAE's em zonas públicas, acompanhado de ações de formação certificadas para a sua utilização.

TRANSAÚDE

Implementar o modelo de concurso público para os conselhos de administração das unidades de saúde: pretende-se com esta medida possibilitar o acesso de todos os profissionais da saúde aos lugares de topo da gestão hospitalar, aumentando a transparência no processo de seleção e a democraticidade.

100Diferenças

Proposta de equiparação das tabelas salariais entre os privados/IPSS e o público, visando assim reduzir a escassez de recursos humanos existentes no privado, igualando as oportunidades e benefícios oferecidos.

+Partilha

Criação de uma equipa de acompanhamento, gratuita, para todos os profissionais a trabalhar na área da saúde e social, dadas as grandes exigências emocionais a que estão sujeitos diariamente.

03. AMBIENTE



A necessidade, urgente, de proteger e preservar o meio ambiente não surgiu agora, ou no último ano, nem tão pouco na última década, e, portanto, não é um tema desconhecido para todos nós. No entanto, urge ser objeto de políticas públicas tanto significativas quanto realistas. Os jovens têm um papel fundamental na concretização desta visão, uma vez que as estratégias ambientais, ou a falta das mesmas, poderão hipotecar o seu futuro e o das gerações vindouras, fundamentalmente no que aos padrões de qualidade de vida diz respeito.

Existem já evidências científicas que revelam mudanças expressivas na atmosfera dos Açores, nomeadamente, em termos de aumento dos níveis de CO₂, aumento da temperatura do ar, diminuição da quantidade de precipitação, aumento de ocorrências de eventos meteorológicos extremos e probabilidade de ocorrerem catástrofes naturais (cheias, secas, ciclones, furacões...). As alterações climáticas e os efeitos da poluição são expressivos, desencadeando o surgimento de outros problemas que colocam em risco os ecossistemas e a biodiversidade de cada uma das nove ilhas do arquipélago.

No entanto, a problemática é global, e, por isso mesmo, a tentativa de encontrar soluções também o deverá ser. É nesse sentido que a Agenda Mundial das Nações Unidas define, através dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, várias metas, que vão ao encontro da preservação do ambiente, nomeadamente nos temas "Água potável e Saneamento", "Energia limpa e Acessível", "Consumo e Produção Sustentáveis", "Ação Contra a Mudança Global do Clima", "Vida na Água", e "Vida Terrestre".

A prossecução destas orientações é também válida nos Açores e deve, inclusive, ser considerada fundamental, na medida em que o arquipélago é reconhecido pelos seus padrões de excelência ambiental, nas dimensões de natureza, paisagem, biodiversidade, qualidade do ar e riqueza, e potencialidade do oceano que o rodeia, sendo necessário que se tomem decisões, e se concretizem ações, que objetivem salvaguardar este título.

Assim sendo, consideramos quatro áreas fundamentais, nas quais as políticas públicas relacionadas com o ambiente se devem focar: energia, mobilidade, economia, e educação ambiental.

Relativamente à energia, é essencial que se acelere a transição energética, isto é, a utilização de fontes de energia renováveis e endógenas, em virtude dos combustíveis fósseis, que, além de altamente poluentes, são recursos finitos e que, por isso, se estão a tornar, conseqüentemente, mais dispendiosos – desta feita, estão a agravar-se os níveis de pobreza energética no país e também nos Açores, onde já se notam temperaturas mais extremas, motivadas pelas alterações climáticas.

Assim sendo, defendemos que o combate à pobreza energética deve primar pelo incentivo e apoio à implementação de energias renováveis, ao invés da mera regulação das taxas e custos relacionadas com o consumo de energia proveniente de fontes não renováveis.

Os Açores apresentam condições favoráveis, sobretudo na riqueza em recursos que permitem o uso de energia limpa em todas as ilhas: cerca de 38% do total de eletricidade produzida no arquipélago em 2019, teve origem em fontes renováveis e endógenas – geotérmica, eólica e hídrica. No arquipélago, também há potencial para uso de energia solar, já existindo, inclusive, programas de incentivo e apoio para aquisição de painéis fotovoltaicos. Não obstante, é ainda notória a forte dependência da Região, relativamente aos combustíveis fósseis, pelo que são necessárias mais práticas que levem ao incremento gradual do uso deste tipo de energia, pois o nosso futuro depende muito do desenvolvimento nesta área.

No que concerne à identificação das fontes de poluição e causadoras da degradação da qualidade do ar, é evidente na nossa Região que uma das maiores preocupações se prende com os transportes – terrestre, aéreo e marítimo.

Em termos de transporte terrestre, nota-se um aumento no número de automóveis, quer em termos reais, quer com o número de população; além disso, os números de utilização de transporte público coletivo apenas se observam mais elevados aquando da época escolar, mostrando que a população, de uma forma generalizada, não prima pela utilização deste tipo de transporte. Neste sentido, as soluções para a melhoria da mobilidade terrestre, numa perspetiva mais amiga do ambiente, passam por: em distâncias curtas a médias, garantir condições para que se possa andar a pé, ou em meios como bicicletas/trotinetas em segurança; e, em distâncias médias a longas, primar pela utilização do transporte público e do transporte elétrico.

No âmbito do transporte aéreo e marítimo, estes afirmam-se como duas modalidades imprescindíveis para a população açoriana, dadas as características e limitações inerentes à insularidade. Nesse sentido, é necessário estudar-se quais as modalidades mais eficientes, numa visão que englobe os fatores energia, custo, duração e conforto, no sentido de atingir a sustentabilidade nesses meios.

De facto, sustentabilidade deve ser a palavra-chave, onde as linhas estratégicas, no âmbito do ambiente, devem também englobar uma visão económica, numa perspetiva não só de despesas, mas sim de investimento e de retorno que, em parte, poderá ser financeiro. Na realidade, defendemos que zelar pela preservação/proteção ambiental significa investir na economia do futuro na Região: uma economia sustentável, que deverá basear-se, por um lado, no desenvolvimento de uma economia azul e, por outro, garantir que o setor que mais retorno traz a região – o turismo – se desenvolve numa perspetiva sustentável.

As Nações Unidas definem que “a economia azul abrange os espaços aquáticos e marinhos, incluindo o oceano, mares, costas, lagos, rios e águas subterrâneas, e compreende uma série de setores produtivos, como a pesca, a aquicultura, o turismo, o transporte marítimo, a construção naval, a energia renovável, a bioprospeção, a mineração submarina e atividades relacionadas; e os serviços dos ecossistemas.”. Nesse sentido, os Açores constituem-se como um espaço ideal para desenvolver esta visão em particular, tendo em conta a extensão da Zona Económica e Exclusiva e da plataforma continental, sendo esta última objeto de ações de empenho para que seja aumentada. Desta forma, e porque o mar que nos rodeia é detentor de uma riqueza incalculável, onde muitos ativos ainda estão por descobrir, defendemos que sejam constituídas políticas que incentivem a procura e prospecção de potencialidades, sem descurar a proteção da biodiversidade.

Para isso, deverá o Governo da República dotar as Regiões Autónomas de maiores e melhores meios militares, de forma a assegurar o exercício dessa soberania – contra atividades ilícitas e criminosas.

Relativamente ao Turismo, é importante reforçar o facto de que os Açores se afirmam como um destino de excelência, nas vertentes de natureza e de mar. Para que esta distinção se mantenha, é também fundamental que se mantenham e/ou aumentem os níveis de qualidade. Investir no ambiente de forma sustentável é investir nas perspectivas de retorno do turismo a longo prazo, pelo que defendemos a implementação de linhas estratégicas que privilegiem a qualidade ao invés da quantidade, pois é essencial zelarmos pela manutenção, por exemplo, dos trilhos pedestres, ou das espécies marinhas, não descurando os já conhecidos impactos do whale watching na vida marinha.

Assim sendo, o objetivo não é impedirmos o crescimento do turismo, que está longe de se afirmar como um turismo de massas, mas sim permitir um crescimento sustentado, onde tenhamos capacidade de resposta, ao mesmo tempo que mantemos o “selo de qualidade”, que é, de facto, o principal atrativo que temos.

Todas as linhas definidas anteriormente são de relevância, não obstante, para que funcionem, é fundamental que a população esteja sensibilizada para as mesmas, em particular as gerações mais jovens. Por conseguinte, urge uma forte aposta na educação ambiental.

É fulcral sensibilizar e educar, clarificando, perante a população, a razão pela qual é tão urgente implementarmos políticas mais amigas do ambiente. Importa ainda evidenciar que a investigação e as ações aplicadas nos Açores poderão ser muito úteis enquanto exemplo a aplicar noutras zonas do mundo, pois o arquipélago permite aplicar e estudar soluções isoladamente, com menor probabilidade de os resultados serem influenciados por fatores externos.

Nesse sentido, é essencial fomentar o investimento, quer através de utilização de fundos públicos, quer através da criação de ferramentas que estimulem o investimento privado na área – esta estratégia pode colocar os Açores em posição privilegiada, como modelo a seguir, em domínios que se estão a tornar determinantes, e que representam o futuro das populações, e em particular dos jovens, em virtude de outros que se tornam obsoletos.

As consequências que se adivinham passam pelo aumento da qualidade de vida das gerações que hoje impulsionam a mudança, privilegiando a economia azul, as energias limpas, a mobilidade elétrica, e o turismo sustentável – sendo, a sustentabilidade, a palavra chave de um futuro com visão, pelo qual a juventude açoriana ambiciona.

Desta forma, algumas das nossas propostas são:

Inovar o Renovável

Implementação de uma linha de financiamento e apoio para a investigação científica na área das energias renováveis e eficiência energética.

Sustentar

Elaboração de um estudo de identificação dos tipos de energia mais vantajosos por ilha/concelho/freguesia.

ZER

Implementação de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER).

Emissão-0

Políticas para incentivar o uso do transporte público (ex.: preços reduzidos, garantir oferta diversificada, apostando também na transição para o transporte público elétrico (menos poluição do ar e sonora).

AmbiAçor

Inserir no currículo escolar um capítulo de “educação ambiental aplicada aos Açores”, permitindo o maior conhecimento sobre a realidade ambiental do arquipélago. Paralelamente, promover visitas aos centros de separação de resíduos nas escolas, assim como de iniciativas abertas à comunidade – o impacto destas visitas deverá notar-se na ampliação do grau de consciência do problema.

Renovar

Implementação de metas para o incremento da utilização das energias renováveis em edifícios públicos, criando uma linha de financiamento para a aquisição/implementação de sistemas energéticos com recursos a energias renováveis (essencialmente a energia solar).

Galardão+ambiente

Atribuição de um prémios às escolas e/ou aos jovens estudantes, no âmbito do desenvolvimento de práticas sustentáveis em ambiente escolar.

Eco(sistema)

Potência o investimento em ciclovias e em parques de estacionamento para bicicletas, incentivando a existência de espaços de aluguer de bicicleta em todas as ilhas.

04. EDUCAÇÃO



A Educação é a pedra basilar para qualquer sociedade desenvolvida, não só do ponto de vista individual mas, essencialmente, coletivo, sendo um importante meio para o desenvolvimento sustentado do presente e do futuro de uma sociedade. Torna-se, assim, fundamental, olhar a educação de forma global e integrada, desde o ensino pré-escolar, até ao ensino superior, não esquecendo que a educação é uma constante ao longo da nossa vida.

É através desta visão integrada que se torna possível atingir a igualdade de oportunidades e a melhoria das condições de vida, de modo a dar resposta à nossa questão inicial. A valorização do processo educativo, assente em melhorias nas políticas públicas, contribui para desbloquear o elevador social e mitigar a pobreza que se perpetua no tempo, e que é geradora das mais profundas e injustas desigualdades.

Do ponto de vista do ensino básico e secundário, a transição, quer seja pela via digital, ou pela implementação de mecanismos que coloquem a aprendizagem no centro de decisão, com enfoque específico à realidade de cada turma, escola ou unidade orgânica, é sinal de reformulação curricular. A revolução digital deve assentar na garantia da preparação prévia de todos os intervenientes no processo, nomeadamente, do corpo docente, discentes e encarregados de educação, para o uso das ferramentas e meios digitais. É, por isso, fundamental que, em estreita articulação com todos os agentes do setor, se possa adotar, através da criação ou da seleção de uma plataforma digital, sobre domínio e cuidado da própria instituição, garantindo vias de comunicação amplas ou dirigida a apenas um encarregado/aluno, que permita registar as presenças, notas de acompanhamento, recados diários ou partilha de conteúdos audiovisuais. Optar por disponibilizar uma via de comunicação intuitiva e de fácil acesso seria uma forma de formalizar o salto digital preconizado. Há, forçosamente, a necessidade de implementar a renovação e integração de equipamentos, incluindo sistemas de hard e de software, que permitam substituir situações obsoletas nas escolas da região.

Sendo as crianças e os jovens o centro da ação educativa e, considerando o facto de sermos uma Região Autónoma, é necessário repensar os conceitos e concretização de aprendizagens que congreguem noção de identidade, significado, e acumulação de saberes a brincar. Não se trata de perder de tempo, quando um jogo de tabuleiro permite ganhar noções de trocas de dinheiro – ainda que fictício; quando a confeção de uma receita típica pode proporcionar lidar com medidas, na forma das suas quantidades e pesagens; quando a participação numa manifestação cultural nos faz inteirar sobre as nossas raízes.

Repensar o currículo para investir em tempo para que se possa aprender a brincar, a explorar, a construir, a visitar, é garantir contexto para aprendizagens felizes e de sucesso, transpostos aos vários níveis de ensino, naturalmente cientes da flexibilidade curricular e da capacidade autonómica de cada titular gerir a sua agenda em função do seu contexto.

Propõem-se montar oficinas extracurriculares de apoio e no combate às dificuldades de aprendizagem sinalizadas, como que um fio condutor da linha de se aprender a brincar. Desafiar os intervenientes a resolver problemas de carácter de solução prática, integrando conhecimentos das várias áreas e domínios, vendo o currículo como um, não de forma espartilhada como se apresenta, assim como também é o mundo. Esta é uma proposta integrada, que perspetiva a necessidade de repensar e de rearranjar as práticas docentes, de tomar avanços, quer nos recursos que estão para o apoio ao ensino, quer nas dinâmicas de valorização da nossa identidade e realidade.

Paralelamente, defendemos que devem ser introduzidas respostas e objetivos para a obtenção de literacia financeira em contexto escolar, quer seja do ponto de vista de poupança pessoal, quer em módulos de empoderamento financeiro. O aumento do conhecimento também nesta área permitirá gerar cidadãos e contribuintes com mais pensamento crítico.

Outro aspeto importante, e que importa destacar, é a política de associativismo estudantil. O ambiente escolar é o primeiro contacto com o associativismo, não devendo, por isso, o sistema educativo deixar de fomentar o espírito associativo e as práticas associativas dos estudantes. O associativismo estudantil pode, e deve, também ser um meio de promover as soft-skills, potenciar o espírito de iniciativa, a dinâmica de grupo e o sentido de pertença à comunidade.

Importa ainda ressaltar que o ensino Superior não pode ser desajustado às necessidades do mercado regional. É, por isso, crucial, defender um Ensino Superior em diferentes dimensões e promotor da igualdade de oportunidades numa estreita ligação com o mercado de trabalho. A Universidade dos Açores vê-se diariamente confrontada com dificuldades financeiras para que possa implementar as reformas necessárias e que os tempos exigem, não é por isso tarde para voltar a relembrar a gritante falta de compromisso do Governo da República no financiamento com a nossa academia. **Propomos então:**

+Cidadão

Dotar os alunos do ensino básico e/ou secundário, através também da reformulação das áreas disciplinares como Cidadania e/ou Educação Cívica, de ferramentas fundamentais para a vida adulta e profissional, tais como a questão dos impostos (IRS, IRC, etc.), dos descontos, política, associativismo, entre outros.

CV-flex

Implementação da flexibilização do currículo, de modo interativo e adaptado, não só às individualidades dos alunos, como também às necessidades do mercado e da Região.

Escola Voluntária

valorização de projetos e atividades educativas de voluntariado através da atribuição do galardão “Escola Voluntária”, como forma de estímulo e de potenciar a participação cívica junto da comunidade

Escola+inclusiva

Implementação do projeto piloto de aprendizagem da Língua Gestual Portuguesa.

Literal(mente)

Projeto, no âmbito escolar (3.º ciclo e secundário) sobre literacia política, que objetiva não só dotar os alunos de conhecimentos sobre a política e o seu funcionamento, como também consistir numa medida de combate à abstenção.

Digi-skills

Aposta em modelos híbridos de ensino e capacitação para os novos perfis dos alunos/professores, indo ao encontro das competências digitais e soft skills.

+Completa

Um fórum anual, realizado a nível ilha, onde sejam apresentadas todas as atividades a acontecer na ilha, desde desportivas, a musicais e culturais, objetivando apresentar a toda a população da ilha as diferentes oportunidades existentes.

Experi(ment)Ação

Feira anual de profissões, a nível regional, que permita uma apresentação breve sobre o dia-a-dia de cada uma das profissões escolhidas (rotatividade de profissões por ano).

NACD

Núcleo de acompanhamento do cumprimento de diretivas

05. CULTURA



A cultura baseia-se naquilo que nos distingue enquanto povo, isto é, as tradições e as aprendizagens de um grupo social. Nós açorianos, somos a mistura do minhoto com o alentejano; do fidalgo lusitano com o escravo moiro; do judeu tornado cristão-novo com o artesão da Flandres; do espanhol conquistador com o aventureiro sem eira nem beira e, também, o descendente accidental do corsário inglês ou argelino com influência europeia.

Mas também somos mais de cinco séculos de isolamento físico, em constante contacto com mar e com atividade vulcânica que, pelo medo e respeito, gera em nós um sentido de fé e religiosidade que nos distingue como povo. Nascemos deste produto da geografia que depois viria a influenciar Vitorino Nemésio, em 1932, a criar a terminologia “açorianidade”.

Por todas estas intervenções, o açoriano construiu o seu legado baseado numa tradição cultural que começa por ser poética e musical (trovadoresca e medieval) e mais tarde, histórica, sociológica e mítica.

O espírito audaz do açoriano levou a que este, à procura de melhores condições de vida, emigrasse. O carácter sistemático da emigração açoriana reporta-nos ao século XVII, sendo os rumos mais conceituados: o Brasil, os Estados Unidos da América, as Bermudas, o Havai e o Canadá. A presença açoriana nestas comunidades que nos receberam, gerou impactos nas suas culturas, que ainda hoje se verificam. É exemplo disso a celebração da festa do Divino Espírito Santo e a inspiração gastronómica que se testemunha no Havai.

Açorianos: o povo que é conhecido por bem receber os visitantes que por aqui passam. Porém, também não devemos esquecer que é tão açoriano os que aqui nasceram, como aqueles que não nascendo cá decidiram fazer aqui vida. Por essa razão, deve advir da cultura uma disposição de integrar aqueles cujo os costumes possam entrar em choque, pelo desconhecimento, de forma a potenciar uma melhor compreensão e aproximação do que difere do nosso modo de viver.

A conservação do nosso património cultural deve partir da partilha de conhecimentos intergeracional. Através do envolvimento de toda uma comunidade, onde se incluem escolas, associações sem fins lucrativos entre outros agentes culturais que contribuem através do voluntariado.

Contudo, a cultura não pode viver exclusivamente do voluntariado, ainda que este seja fundamental para perpetuação das nossas tradições. A cultura também é uma indústria que emprega uma série de profissionais, entre eles, cantores, atores, pintores, escritores... Daí ser essencial o suporte destes, de forma a apostar na profissionalização da área, para garantir a qualidade, a capacitação e a fixação destes talentos.

Nós, açorianos, somos portugueses e fomos Portugal, entre 1578 e 1580. Pensar no país, excluindo os Açores e os seus agentes culturais, é apagar cinco séculos de história e de estórias. Os agentes culturais, sejam eles de que área forem, são embaixadores de uma freguesia, de um concelho, de uma ilha e Região.

CULTURAL(mente)

Plano regional de preservação das tradições através do ensino: Introdução, na pré-primária e primária, de aulas de “cultura na prática”, onde os alunos irão contactar com diversas instituições culturais locais, de modo a não só aprenderem o que é desenvolvido por cada uma, como também terem a oportunidade de experimentar na prática (por exemplo, técnicas de artesanato, cantar e a tocar um instrumento típico da terra, etc); mobilização das escolas a atividades culturais, como visitas a museus; valorização das atividades extracurriculares, nomeadamente culturais, no acesso ao ensino superior transversalmente a todos os cursos; incentivar as parcerias entre universidades e escolas de formação com associações sem fins lucrativos na área.

Ritmo

Programa de mentoria, alargado a todos os profissionais da área, com o objetivo de alcançar a profissionalização da cultura. Paralelamente, potenciar ações de formação e educação contínua, contribuindo para profissionais de excelência.

Síntese

Simplificação dos sistemas de incentivos e apoios, prestando informações sobre o apoio à subsídio, benefícios fiscais, para educar e conservar o património cultural.

Human(idade)

Incentivo ao voluntariado e associativismo, encorajando os jovens dinâmicos e interessados, através de um intercâmbio cultural, intergeracional e social pelo voluntariado. Objetiva-se também o reconhecimento dos dirigentes, no âmbito do associativismo jovem, através da criação de um estatuto próprio para aqueles que, graciosamente, se dedicam a centenas de instituições nas nossas ilhas. Criação de um “prémio de mérito”, como forma de congratulação pelas atividades desempenhadas

CulturaVale+

Voucher cultural, atribuindo um valor monetário para acesso a produtos culturais, a todos os jovens que completam 18 anos.

+Cultura

Criação de um apoio para a deslocação de artistas nacionais e/ou internacional para a Região, suportando também os agentes culturais que representam a Região, a nível nacional e internacional. Criação de uma plataforma de comunicação, objetivando a divulgação da cultura local, a nível regional, nacional e internacional.

06. SOCIAL



No raio-X da avaliação efetuada às famílias Açorianas, é possível identificar famílias com numerosos problemas: multiproblemáticas. Há, nesta situação, a necessidade de envolver recursos multidisciplinares para uma intervenção integrada. Neste contexto, e atendendo à mudança que se pretende, o fator gerador da mudança poderá estar na intervenção junto das crianças e jovens.

Torna-se, por isso, fundamental intervir em tenra idade, possibilitando as condições adequadas para o desenvolvimento da infância, atendendo a uma abordagem multidimensional do seu bem-estar e no respeito pelos seus direitos, sendo reconhecidas as dimensões da educação, habitação, saúde e inserção social.

Desde o nascimento até à idade do pré-escolar, é fundamental avaliar os fatores de risco que poderão condicionar o desenvolvimento da criança, afirmando-se de maior relevância quando analisada numa perspetiva de longo prazo. Propõe-se que as medidas tomadas se desenvolvam no sentido de tornar o espaço escolar um meio privilegiado na afirmação das capacidades e potencialidades de cada aluno que a integra. Aliada à já assegurada intervenção da competência da área da Psicologia, propõe-se que sejam constituídas equipas interdisciplinares, que contem, também, com profissionais de Serviço Social, Saúde e Educação. O resultado do trabalho das equipas interdisciplinares seria um recurso para o planeamento de currículos escolares mais flexíveis, atentos às expectativas e objetivos que cada aluno definisse como prioritários para o seu percurso escolar.

A responsabilidade pelo cuidado daqueles que chegam a idades mais avançadas e com as faculdades reduzidas por este motivo, foi-se alterando com a mudança social ocorrida. Neste contexto, as instituições vocacionadas ao apoio à pessoa idosa assumiram um papel determinante em substituição e/ou complemento às famílias.

Propõe-se a união de gerações através de um conjunto de ações que tanto tragam benefícios à pessoa idosa, como às crianças e jovens.

Uma prática mais comum, e que se encontra em execução pelo Governo Regional, é a construção de valências de apoio à infância contíguas às valências de apoio ao idosos, querendo ir mais além, ao se efetivar um conjunto de atividades intergeracionais que possam cruzar modos de estar e de pensar diferentes. Nesta lógica de partilha, criar oficinas de lazer onde possam estar ao mesmo tempo crianças e idosos – oficinas de trabalhos manuais, de música, de culinária, de leitura, de jardinagem, de costura, de informática. Não fazer deste objetivo uma prática pontual, mas incrementar um plano intergeracional nas instituições sociais, promovendo tempo de convivência, integração e afeto entre ambos os grupos.

Serão estas crianças, no futuro, adultos mais conscientes e despertos para as necessidades das pessoas idosas, capazes de serem e fazerem parte da solução, e não ignorar o envelhecimento. Por uma geração atual mais ativa na senda das políticas sociais do envelhecimento ativo.

É fundamental adotar uma estratégia de identificação para os imóveis devolutos, investir na sua aquisição e reabilitação, disponibilizando-os para o arrendamento acessível ou ao arrendamento com opção de compra, dirigido a jovens. Esta medida permitirá não só aumentar a oferta de imóveis, como tornar os meios urbanos e rurais mais rejuvenescidos, em termos de edificação e em efeito populacional, funcionando, conseqüentemente, como medida de combate à desertificação.

A par disto, torna-se fundamental rever e até se for esse o caso, suspender a aprovação de novos Alojamentos Locais, incentivando a que as autarquias possam ser os primeiros agentes da promoção da fixação de jovens nos seus territórios.

A dificuldade no acesso ao crédito bancário à habitação é um entrave a muitos jovens que pretendem adquirir ou construir a sua habitação, por vezes por margens mínimas que tornam negativas as respostas a qualquer empréstimo bancário para o efeito. Os apoios à habitação poderão ser determinantes na alteração desta resposta, perfazendo o valor que é necessário os jovens possuírem para concluir um processo de crédito à habitação com sucesso. Ainda no domínio da habitação, entendemos que o apoio à aquisição de Habitação Própria e à Autoconstrução deve ser alvo de revisão, essencialmente, na majoração em 20% da comparticipação financeira por metro quadrado de área bruta, destinada a beneficiários jovens.

Então, o que pode um jovem dar à sociedade?

É na Declaração Universal dos Direitos Humanos que está consagrado o direito a todos nós, da participação na vida da comunidade. Nas mais diferentes dimensões, é pela via do associativismo que vemos diariamente, os nossos jovens, integrados na sociedade, pelo ponto de vista cultural, desportivo, recreativo ou até religioso. É, por isso, no nosso entender, que o associativismo representa um papel fundamental para o sentido de pertença à comunidade, e o contacto privilegiado para o funcionamento democrático da sociedade.

Ao longo dos últimos anos, têm vindo a surgir alterações nas formas e processos de participação coletiva no domínio público, substanciado no surgimento de novos movimentos sociais. São vários os exemplos, e é comumente reconhecido por todos nós, o papel direto que as associações assumem como espaços de participação com uma forte componente educativa (em metodologias de educação não formal) e que permitem aos seus utilizadores adquirirem aprendizagens, aptidões e técnicas para uma maior participação cívica. São espaços privilegiados para o aprofundamento de valores e atitudes, como seja a solidariedade, a responsabilidade social e o objetivo de uma sociedade com mais equidade e justiça.

Paralelamente ao modelo associativo tradicional, os movimentos sociais surgidos das redes sociais, tendem a ganhar um maior destaque e preponderância. Importa referir, a título de exemplo, a “Primavera Árabe”, em que o seu modelo foi transposto para a Europa no âmbito das dificuldades vivenciadas pela juventude, sobretudo na precariedade laboral e nas elevadas taxas de desemprego. Aqui, há também, uma ligação ao denominado “ativismo cibernético” abrindo portas a novas formas de contestação social.

Serve esta descrição para contrastar o modelo dos grupos informais, onde assumem, também, um papel de motor, com exemplo de funcionalidade e espontaneidade, por contraposição, à “burocracia” formal, assumindo em cada um deles, as suas mais valias.

Aqui chegados, é fundamental que o poder político possa desenhar políticas atrativas para a preservação da vastíssima riqueza associativa que prolifera pela nossa região. Valorizar todos os seus agentes associativos que, diariamente, dispensam um pouco do seu tempo em prol da comunidade, é imperativo. O Governo Regional dos Açores, através da alteração do Decreto Legislativo Regional sobre as políticas de juventude, deu um passo significativo na modernização e adequação da legislação à realidade. A JSD/Açores, neste domínio, deve estar na linha da frente na presença e defesa dos movimentos e associações juvenis.

Ao longo desta moção, fomos descrevendo as dificuldades e fragilidades a que nós, jovens, estamos diariamente confrontados. A emancipação jovem é fruto da condição juvenil e a sua concretização é influenciada, não só pelo caminho e conclusão dos níveis de ensino mas, também, pela precariedade laboral em que diversos jovens ficam dependentes, fatores influenciadores para atingir a autonomia nas suas diferentes dimensões. O emprego (estável) é consagradamente a condição fundamental para a integração social e valorização dos jovens, sendo desta feita, o problema central nas políticas públicas.

Concomitantemente, no seio da nossa casa, deve a Comissão Política Regional da JSD/Açores fomentar a participação e presença efetiva nas associações juvenis, associações estudantis, clubes desportivos e recreativos, movimentos culturais, ordens profissionais, autarquias, empresas, no fundo, na comunidade, com vista ao aprofundamento e real conhecimento dos problemas e desafios que os jovens enfrentam. É com este espírito de responsabilidade, que conseguiremos credibilizar a missão da JSD na comunidade e, por essa via, sermos capazes de atrair mais jovens para a nossa causa.

Desta forma, propomos:

Rota9

Uma iniciativa que irá ao encontro de todos os jovens nas nove ilhas do arquipélago, onde se pretende acoplar a cada ilha uma temática base, que norteará a visita e os trabalhos da Comissão Política Permanente na ilha em questão (visitas, reuniões, iniciativas).

TaskForce

propõem-se que sejam constituídas equipas interdisciplinares, que contem com profissionais de Serviço Social, Saúde e Educação a implementar nas escolas da Região.

Interage-te

Aposta em políticas amigas da intergeracionalidade, criando oficinas de lazer, onde possam estar ao mesmo tempo crianças e idosos (aplicando práticas como trabalhos manuais, música, culinária, leitura, costura e informática).

SINEA

(Sistema Integrado do Estado Arquitetónico) - adotar uma estratégia de identificação para os imóveis devolutos, investir na sua aquisição e reabilitação, disponibilizando-os para o arrendamento acessível ou para arrendamento com opção de compra, dirigido a jovens.

Envolve-T

Implementar o Centro Regional Associativo Jovem, apostando na interligação das diferentes associações juvenis, assim como, potenciar a realização de atividades formativas para os diferentes agentes associativos da região.

